

Guaíba baixa, mas galhos e lixo se acumulam na Orla

Na tarde de domingo, nível da água era de 2,28 metros no Cais Mauá

/ CLIMA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A redução gradual do nível do Guaíba já revela um novo cenário em Porto Alegre. Se, nos últimos dias, a preocupação era com a elevação da água, agora o recuo expõe uma extensa faixa de lama, troncos, galhos, vegetação e resíduos carregados pela cheia, principalmente na Orla do Gasômetro e no Cais Mauá.

Neste domingo, a reportagem do **Jornal do Comércio** percorreu os dois locais e encontrou grande quantidade de material depositado nas margens. Entre os resíduos havia galhos de árvores, troncos, plantas aquáticas e lixo trazido pela correnteza, formando uma espécie de “linha” demarcando até onde a água chegou.

O cenário acompanha o comportamento do Guaíba nos últimos dias. Segundo a Defesa Civil de Porto Alegre, o lago segue em processo de vazante. Às 17h deste domingo, o nível era de 2,28 metros no Cais Mauá. Apesar de oscilações pontuais provocadas pelos ventos, a tendência é de queda. “Ele ainda está baixando. Em alguns locais pode ser sentido um leve aumento devido ao vento. Estamos com o vento sul virando para leste, e o vento sul dá essa impressão de repique. O pior já passou”, informou a assessoria da Defesa Civil.

A previsão também é confir-



Recuo do nível da água expôs faixa de lama, troncos e vegetação

mada pelo mais recente boletim do Sistema de Alerta Hidrológico da Bacia do Guaíba. O documento aponta que, nas últimas 24 horas, as chuvas nas bacias afluentes foram pouco significativas e que tanto o Delta do Jacuí quanto o Guaíba seguem em “lento declínio”, reflexo da diminuição das vazões dos principais rios que alimentam o lago. A expectativa dos modelos hidrológicos é de continuidade da tendência ao longo dos próximos dias, sem novas elevações expressivas no horizonte de previsão.

O boletim destaca ainda que os rios Taquari, Caí, dos Sinos, Gravataí e o trecho inferior do Jacuí também apresentam redução dos níveis. No Alto Jacuí, embora as cotas sigam elevadas, já há sinais de estabilização, indicando o enfraquecimento da onda de cheias que vinha alimentando o Guaíba.

A avaliação é compartilhada pelo professor Fernando Meirelles, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH/UFRGS). Segundo ele, existe a possibilidade de um pequeno repique no próximo domingo, ainda cercado de incertezas entre os modelos meteorológicos. Ainda assim, a tendência predominante permanece sendo de queda ao longo da próxima semana.

Enquanto o Guaíba entra em processo de vazante em Porto Alegre, o Estado ainda contabiliza os impactos da sequência de temporais que atingiu o Estado desde a última semana. Conforme balanço divulgado pela Defesa Civil Estadual no domingo, 148 municípios relataram algum tipo de ocorrência. Segundo o levantamento mais recente, o Estado registra 783 pessoas desalojadas e nove feridas após os eventos meteorológicos.

Justiça Federal ordena ajuda para povo maxakali, em Minas Gerais

/ POVOS ORIGINÁRIOS

A Justiça Federal determinou que a União, o estado de Minas Gerais, a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e quatro municípios do vale do Mucuri adotem uma série de medidas emergenciais para reestruturar a assistência à saúde do povo indígena maxakali. A decisão atende a uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF). A Procuradoria aponta um quadro de colapso sanitário e mortalidade infantil acima da média entre a população indígena. A decisão é assinada pelo juiz federal Antonio Lucio Tullio de Oliveira Barbosa.

O MPF usa dados do Laboratório Interdisciplinar e Interepistêmico em Saúde Coletiva (Lisc), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de 2025, que indicam uma mortalidade proporcional entre crianças indígenas menores de um ano, dez vezes superior à registrada entre não indígenas dos municípios vizinhos. Entre crianças de 1 a 4 anos, a diferença chega a 30 vezes. O coeficiente de mortalidade infantil entre os maxakali é de 66,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos, ante 17,5 por 1.000 entre a população não indígena.

Houve um surto de diarreia no início do ano na Aldeia Escola Floresta, e uma criança morreu. Na decisão liminar, a Justiça Federal determinou que a União passe a monitorar sistematicamente a qualidade da água em todas as aldeias da região e garanta o fornecimento regular de água potável às comunidades no prazo de 30 dias.

Também ordena que o governo mineiro e os municípios de Bertópolis, Ladainha, Santa Helena de

Minas e Teófilo Otoni assegurem abastecimento contínuo de água nas escolas indígenas. Também obriga ajustes no sistema de parâmetros das cidades, especialmente Bertópolis. Em março, descargas elétricas atingiram a terra indígena, causando incêndio de habitações tradicionais.

Em outro trecho, o juiz determinou que a gestão Mateus Simões (PSD) e o município de Teófilo Otoni garantam prioridade na regulação hospitalar de pacientes maxakali.

O governo mineiro disse em nota que, em dezembro, articulou com municípios e União “repasso de recursos para o atendimento pelo Centro Estadual de Atenção Especializada de Teófilo Otoni”. O serviço, diz a gestão, “inclui consultas, exames e acompanhamento nas áreas de pré-natal de alto risco, pediatria, câncer de mama e do colo do útero, hipertensão e diabetes”. Também afirmou que executa ações de transporte sanitário, acesso a medicamentos, regulação assistencial e acionamento de ambulância em áreas de difícil acesso.

A União poderá receber multa de R\$ 60 mil caso não cumpra as medidas em 30 dias. A multa ao governo mineiro poderá ser de R\$ 40 mil. Teófilo Otoni poderá ser taxado em R\$ 20 mil, e os outros três municípios têm multa prevista de R\$ 15 mil.

O MPF pediu que o povo maxakali fosse reconhecido como situação de “hipervulnerabilidade de contato”, o que foi negado pela Justiça. O magistrado entendeu que o tema exige maior produção de provas, além da realização de consulta prévia à comunidade indígena.

Evento voltado a animais de estimação movimentou o sábado no Parcão

/ CAUSA ANIMAL

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

O Parque Moinhos de Vento, mais conhecido como Parcão, contou com uma atração especial no clima ensolarado de sábado. O evento Vakinha Pet, promovido pela plataforma gaúcha Vakinha, começou às 10h e se estendeu até as 17h com diversos atrativos para os amantes de animais. O evento contou com desfile de animais de estimação, pets passeando e prontos para receber o carinho do público, ativações para receber brindes e muito mais.

Todo o dinheiro arrecadado será doado à ONG Salva Latas, que atua há sete anos no Rio Grande do Sul focada no resgate e cuidado animal e já impactou a vida de mais de 1,5 mil pets.

O sócio e COO do Vakinha, Thiago Cid, destaca que o evento foi criado há cerca de três anos com o objetivo de “transportar o impacto social da plataforma digital para o ambiente físico”. Além disso, a iniciativa permite que o público veja os animais de perto e interaja com voluntários e ONGs.

Ele também salienta que a causa animal é a terceira mais popular na plataforma de vaquinhas, atrás apenas da saúde e emergên-

cias em geral. “Não precisamos ir atrás desse público. Muito pelo contrário, eles que nos adotaram”, conta o empreendedor, se referindo ao grande volume que a causa gera.

Já as fundadoras da ONG Salva Latas, Priscila Kisiolar e Julia Geminiani, explicam que a iniciativa oferece suporte essencial a protetores independentes, fornecendo castrações, alimentos e assistência veterinária. Julia destaca que a grande maioria das protetoras independentes são mulheres que, muitas vezes, enfrentam situações de vulnerabilidade. “O Salva Latas atua com empatia para ser um suporte também para essas mulheres”, completa.



Dinheiro obtido pela Vakinha Pet será doado à ONG que resgata animais